

# O governo faz propaganda

Para exprimir o que pensa do Executivo, o brasileiro só tem uma frase: "não aprende!" De fato, quem alardeou durante meses que o Plano Cruzado tinha de dar certo; quem mobilizou os "fiscais" para tornar viável o que violentava todas as normas do mercado, enfim, quem fez tudo isso e não chegou à conclusão de que não é pela televisão que se *vende* um programa de reajustamento da economia, não aprendeu coisa alguma na vida. Efetivamente, o Executivo parece não ter aproveitado nenhuma lição do livro da História; pouco mais de um mês do lançamento do Plano Bresser, pretende encetar campanha na televisão para proclamar seus êxitos. Estará o governo preparando para si próprio nova deceção, se a realidade falar mais alto do que as boas intenções do ministro da Fazenda?

Ninguém negará que a inflação caiu, que as taxas de juro baixaram, que os níveis de consumo em alguns setores aumentaram. Ninguém negará, no entanto, que em boa medida isso ocorreu porque salários e preços foram congelados. Se eliminarmos o congelamento, que o próprio Executivo reconhece não poder durar indefinidamente, que faz o governo para reduzir a causa dos desajustes econômicos? Praticamente nada. Aliás, basta ler o documento que o Banco Central enviou, à guisa de informação, ao comitê assessor dos bancos credores, nos Estados Unidos, para ver que não há motivo algum para que se façam campanhas de televisão, vendendo a imagem de um êxito que ainda não é real.

O documento é a antipropaganda; prova até que o Brasil do presidente Sarney é sempre o mesmo, isto é, desgovernado. A dívida pública líquida, vale dizer, a dívida dos governos federais, estaduais e municipais, só fez au-

mentar no primeiro trimestre do ano em curso, chegando à expressiva soma, para dizer o menos, de 3,138 trilhões de cruzados (ou 3,138 quatrilhões de cruzeiros!), sem que se vislumbre qualquer providência para reduzir o impacto dela sobre a economia do País, como causa que também é da inflação. A dívida pública não chegou a esse patamar de cerca de 30% do PIB só por obra e graça das taxas de juro que o governo é obrigado a pagar para colocar seus títulos e rolar seus débitos; cresceu por causa dos juros e porque as causas estruturais do déficit público não foram atacadas com o vigor necessário. O simples corte do subsídio do trigo não produziu os efeitos desastrosos que se esperavam, mas também não aliviou de maneira decisiva o setor público. Muito mais ainda deve ser feito — e sobre isso o governo silencia.

Não seria de justiça atribuir toda a culpa ao governo federal. A dívida e o déficit — ou o déficit e a dívida — compõem-se de parcelas de responsabilidade dos governos estaduais e municipais. Na verdade, o déficit e a dívida crescem pela simples razão de que no setor público são poucos os que têm consciência do ônus social e político que o País paga por falta de decisão de seus governantes de atacá-los de frente. O caso do subsídio do trigo é ilustrativo: durante anos se disse que não se poderia mexer nele, pois a crise social seria enorme. Premido pela conjuntura, o governo Sarney foi obrigado a suprimi-lo e verificou que os protestos foram bem menores do que os esperados. Por que, então, não se atacar os outros fatores administrativos que contribuem para aumentar o déficit e a dívida com idêntica resolução? Falta, como se vê, coragem política para criar condições para que os poupadões, grandes e pequenos, tomem consciência de que à medida que buscam no

overnight garantia diária contra a deterioração do valor da moeda, contribuem para aumentar a dívida pública e fazer crescer o risco de que um governante cego decida fazer com a dívida pública interna o que o presidente Sarney fez com a externa: não pagar. É a sociedade toda que corre riscos insaudáveis quando o setor público deve 30% do que se produz no País. Deve, tem consciência do que isso representa de grave, e nada faz, com medo de repercussões políticas.

Ora, esse medo decorre da falsa visão do que sejam os reais problemas do País. Imagina-se nos círculos dirigentes que tudo se resolve com propaganda de televisão, com alguns acertos com governadores para garantir a duração de um mandato, com nomeações de amigos, com o aplauso dos taxistas que agradecem a isenção do IPI para adquirir o veículo com o qual trabalham. Nada se faz com seriedade, e o que se faz é para buscar popularidade fácil; tudo se transformou, neste país, numa imensa e interminável propaganda, que se espera possa atrair um público em disponibilidade.

Assim se resolvem ou se esperam resolver os problemas — que requerem perseverança e convicção e não atenção voltada para as convenções partidárias. No fundo, por que não dizê-lo, far-se-á todo esse alarde em torno do Plano Bresser para ver se os ibopes realizados em seguida auxiliarão o Executivo a vencer a convenção do PMDB. Afinal, é esse confronto que aterroriza o governo — pois se os queridóides conseguirem convencer os convencionais de que o Plano não merece apoio, e impuserem decisão de que não devemos dar satisfações ao Exterior, como ficará o ministro da Fazenda, nomeado pelo procônsul no dia em que se demonstrou quem de fato governa o Brasil?